



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES

CNPJ: 92.411.172/0001-76

Site: www.novotiradentes.com.br

LEI MUNICIPAL N.º 530/02

Novo Tiradentes(RS), 10 de maio de 2.002.

**CRIA O CONSELHO TUTELAR DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E O
ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**LUCIO CAVALLI, VICE-PREFEITO MUNICIPAL EXERCÍCIO DE
NOVO TIRADENTES, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, em cumprimento ao
disposto no art. 54, Inciso IV, da Lei Orgânica, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e que
sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º - Fica Criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do
Adolescente, órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo
cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto de cinco membros eleitos,
sendo três efetivos e dois suplentes por um mandato de 3 (três) anos permitida uma
reeleição.

I – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II

ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 2º - A candidatura do Conselheiro Tutelar é individual e sem vínculo a
Partido Político.

Art. 3º - São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membro do
Conselho Tutelar:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – Idade superior a vinte e um anos;

III – Ter residência única e fixa no Município, no mínimo a cinco anos
consecutivos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES

CNPJ: 92.411.172/0001-76

Site: www.novotiradentes.com.br

IV – Reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão, conforme regulamentação a ser estabelecida em resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a Comissão Eleitoral escolhida entre cinco de seus membros;

V – Escolaridade mínima de Ensino Médio Completo;

VI – Estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo;

VII – Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos termos de que dispõe a presente Lei;

VIII – Se aprovado em Prova de Conhecimentos Gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, da presente Lei e de conhecimentos de Psicologia no trato com crianças, adolescentes e conflito sócio-familiares.

§ 1º - Submeter-se-ão a Prova de Conhecimentos Gerais os candidatos que preencherem os requisitos à candidatura constantes nos incisos I a VII do presente artigo e homologados pela Comissão Eleitoral e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Da decisão que considerar não preenchido os requisitos a candidatura, cabe recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser apresentado no prazo de até quarenta e oito horas após a publicação da homologação.

Art. 4º - Os Conselheiros Tutelares serão eleitos, pelo voto facultativo dos eleitores do Município, em eleição que serão realizadas sob a pena do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e fiscalizada pelo Ministério Público.

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de Resolução, disporá sobre o processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º - O prazo para registro das candidaturas durará no mínimo quinze dias e será precedida de ampla divulgação.

§ 2º - A Campanha Eleitoral estender-se-á por período não inferior a trinta dias.

§ 3º - A posse dos Conselheiros eleitos ocorrerá trinta dias após a eleição.

SEÇÃO III



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES

CNPJ: 92.411.172/0001-76

Site: www.novotiradentes.com.br

IMPEDIMENTOS

Art. 6º - Dos impedimentos de Conselheiro é o que determina a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no Artigo 140 e seu Parágrafo Único.

SEÇÃO IV

ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 7º - Compete ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, zelar pelo atendimento da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90.

§ Único – Incumbe também ao Conselho Tutelar, receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa por desrespeito aos Direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhe o devido encaminhamento.

Art. 8º – O Coordenador do Conselho Tutelar será escolhido pelos seus pares, logo na primeira sessão do colegiado.

Art. 9º – O Conselho Tutelar atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providencias tomadas em cada caso, fazendo constar em ata apenas o essencial.

Art. 10 – Compete ao Conselho Tutelar cumprir o disposto na Lei Federal 8.069/90, devendo o mesmo funcionar diariamente, inclusive domingos e feriados, vinte e quatro horas por dia.

§ 1º - Para o funcionamento vinte e quatro horas por dia, os conselheiros poderão estabelecer regime de plantão.

§ 2º - Os Conselheiros Tutelares deverão trimestralmente, prestar contas de suas atuações através de Relatórios aos órgãos competentes.

§ 3º - Os Conselheiros Tutelares deverão informar ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o não atendimento às requisições de serviços públicos municipais.

Art. 11 – O Conselho Tutelar contara com equipe técnica destinada ao suporte necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e serviços de funcionários da Prefeitura Municipal, conforme solicitação e disponibilidade do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES

CNPJ: 92.411.172/0001-76

Site: www.novotiradentes.com.br

Art. 12 – São vedadas quaisquer restrições ao funcionamento do Conselho Tutelar, particularmente quanto a:

I – acesso a qualquer órgão público, empresa privada ou informações necessárias para o cumprimento de suas atribuições;

II – retenção por parte da autoridade municipal, dos recursos orçamentários previstos para o seu funcionamento, e ou recusa por parte das autoridades de suplementação dos recursos, quando assim o obrigar a conjuntura econômica, obedecidos os procedimentos legais.

SEÇÃO V

COMPETÊNCIA

Art. 13 – A competência do Conselho Tutelar é determinada pelo que dispõe o artigo 147 da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO VI

REMUNERAÇÃO, EXERCÍCIO E PERDA DE MANDATO

Art. 14 – Os membros do Conselho Tutelar poderão ser remunerados com vencimentos equivalente ao GETOM, gratificação mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), vedada a remuneração adicional sob qualquer título.

§ Único – A remuneração fixada não gera relação de emprego entre o membro do Conselho Tutelar e a Municipalidade.

Art. 15 – Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 16 – Sendo o Conselheiro eleito, funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 17 – O tempo de mandato é contado de forma interrupta, seja ele exercido pelo titular ou pelo suplente, não sendo admitida prorrogação em nenhuma hipótese.

Art. 18 – É passível de perda de mandato o Conselheiro que:

I – não cumprir, injustificadamente, no prazo estabelecido as tarefas que lhe forem confiadas pelo Conselho;

II – deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, durante o mesmo mandato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES

CNPJ: 92.411.172/0001-76

Site: www.novotiradentes.com.br

III – for condenado, por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção;

IV – exercer advocacia na Justiça da Infância e da Juventude;

V – divulgar por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança ou adolescente, ou sua família;

VI – contrariar por qualquer forma os princípios que norteiam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ Único – A perda de mandato será declarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por decisão da maioria absoluta de seus membros, em procedimento que assegure ao conselheiro, a mais ampla defesa.

SEÇÃO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 – No prazo de noventa dias, contados da publicação desta Lei, realizar-se-á a primeira eleição do Conselho Tutelar, observando quanto a eleição, o disposto no artigo 5º desta Lei.

Art. 20 – O Primeiro Conselho Tutelar eleito, terá o prazo de trinta dias, após a posse, para elaborar seu regimento interno, que deverá ser discutido em reunião pública, e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 21 As despesas decorrentes desta Lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 22 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL NOVO TIRADENTES,
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, aos dez dias do mês de maio de dois mil e dois.

LUCIO CAVALLI
VICE-PREFEITO EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se, na data supra:

Adenilson Della Paschoa
Secretário Municipal Administração